Os desafios da retomada do Minha Casa, Minha Vida

» EDUARDO BRAGA
Senador (MDB-AM), é líder do MDB



Cerca de 6 milhões de famílias de baixa renda perderam nos últimos quatro anos o direito de sonhar com a casa própria. De 2019 a 2022, os investimentos do governo federal em habitação popular despencaram de R$ 4,4 bilhões para R$ 723 milhões. Assim, o maior programa habitacional já implantado no país, que, ao longo de uma década, contratou a construção de 5,5 milhões de moradias, quase parou.

Modernizado e humanizado a partir dos debates promovidos dentro do Congresso Nacional com movimentos sociais, entidades ligadas ao setor da construção e a Caixa Econômica Federal, o Minha Casa, Minha Vida está de volta. Demos o primeiro passo para começarmos a reverter a paralisia do programa, mas o caminho que temos pela frente ainda será longo.

A previsão é de que até o fim do governo Lula 3, parte dessa dívida acumulada com a população mais carente do Brasil seja saldada. A estimativa é de que possamos contratar a construção de mais de 2 milhões de novas unidades habitacionais até 2026.

Mais do que um teto para morar, a casa própria é a garantia de dignidade mínima para milhões de brasileiros que trabalham de dia para comer à noite. Um sofrimento que foi agravado durante a pandemia da covid, que ceifou a vida de mais 700 mil brasileiros e ainda levou embora o emprego de nada menos do que 15 milhões de brasileiros.

Não há como esquecer os dias de terror que vivemos no Amazonas quando seu sistema de saúde entrou em colapso durante a pandemia. A crise sanitária sem precedentes e seus impactos sociais e econômicos contribuíram para que o estado conquistasse um título que nada nos orgulha: o de unidade da Federação com o maior deficit habitacional do Brasil segundo a Fundação Getúlio Vargas (FGV). Enquanto o índice nacional é de 9,3%, a falta de moradia no estado bate a marca de 25,4%.

Da mesma forma que lutei para assegurar que o Minha Casa, Minha Vida inclua entre suas prioridades o atendimento de mulheres vítimas de violência doméstica e também de cidadãos que perderam suas residências por causa de desastres naturais durante a tramitação da proposta, agora pretendo trabalhar para tirar meu estado dessa liderança indesejável.

Algumas conquistas, no entanto, estão asseguradas aos novos beneficiários do Minha Casa, Minha Vida. Todas as novas unidades contratadas deverão assegurar acessibilidade e conectividade aos novos moradores, uso racional da energia, bem como sustentabilidade ambiental e climática das construções.

A possibilidade de uso de imóveis tombados, degradados, vazios ou subutilizados, por meio do Retrofit, poderá dar cara nova aos centros urbanos de cidades grandes. Normalmente, são áreas abandonadas, mas com infraestrutura de escolas, unidades de saúde e até mesmo de transporte público ociosas. Uma saída inteligente para resolver vários problemas a partir de um só programa.

As tarifas sociais de água e luz para os beneficiários do faixa 1 do Minha Casa, Minha Vida, famílias com renda bruta familiar mensal de até R$ 2.640, ajudarão a garantir que as novas moradias populares permaneçam efetivamente nas mãos de quem mais precisa.

A realização do sonho da casa própria, desta vez, virá com alguns bônus, antes considerados inalcançáveis para os mais pobres. Todas as unidades entregues terão de ter pontos para a instalação imediata ou futura de ar-condicionado, varandas e áreas comuns para instalação de bicicletários e bibliotecas.

A aprovação do novo arcabouço fiscal e também das mudanças tributárias, em debate no Legislativo, poderão ampliar ainda mais os horizontes da economia brasileira, permitindo que os brasileiros sigam sonhando com novas conquistas. Como a ampliação do Minha Casa, Minha Vida para a classe média, como defendeu recentemente o presidente Lula, que tem tudo para transformar mais sonhos em realidade.

Acordo entre o Mercosul e a União Europeia

» FERNANDO VALENTE PIMENTEL
Diretor-superintendente e presidente emérito da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit)

O acordo entre o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a União Europeia (UE), estabelecido em caráter preliminar em 2019 e considerado histórico, visa a criação de uma das maiores áreas de livre comércio do mundo. No entanto, sua conclusão e implementação enfrentam desafios e obstáculos que precisam ser superados, pois sua efetivação proporcionaria uma série de benefícios comerciais para ambas as regiões.

Os dois blocos têm economias complementares, o que significa grande oportunidade para o aumento do comércio e dos investimentos mútuos. A redução de tarifas e barreiras não tarifárias impulsionaria o fluxo de bens, serviços e aporte de capital, beneficiando as empresas e os consumidores de ambas as partes e contribuindo para o seu crescimento econômico. Menos taxações e a facilitação do comércio promoveriam o aumento da produção, o surgimento de novas oportunidades de negócios e a criação de empregos. Além disso, o acesso a novos mercados impulsionaria a competitividade das empresas e incentivaria a inovação e o fomento tecnológico.

O acordo também oferece oportunidade de promover a convergência de normas e padrões comerciais. Isso é especialmente relevante nos setores agrícola, industrial e de serviços, nos quais há diferenças regulatórias significativas. Ao estabelecer regras comuns e harmonizadas, facilita-se o comércio e se aumenta a segurança jurídica para os investidores.

A conclusão do acordo teria um impacto além do aspecto econômico, pois fortaleceria as relações entre as duas regiões e posicionaria o Mercosul como ator relevante no cenário internacional. Além disso, enviaria um sinal positivo de apoio ao multilateralismo e ao sistema de comércio global, em um momento em que o protecionismo e as tensões comerciais estão em alta.

Para a efetivação do acordo, sua consistência e longevidade, são importantes fundamentos sólidos e realistas. Ou seja, cabe reconhecer que existem preocupações e obstáculos a serem enfrentados. Um dos principais desafios é garantir a sustentabilidade ambiental e os direitos humanos. Ambas as regiões devem assegurar que as cláusulas considerem a proteção dos biomas, ecossistemas e biodiversidade e o respeito às normas e prerrogativas trabalhistas.

Além disso, é necessário garantir que os benefícios do acordo sejam distribuídos de maneira equitativa, para que os setores mais vulneráveis não sejam prejudicados pela liberalização do comércio. Políticas de inclusão social devem ser implementadas para garantir que todos os segmentos da sociedade sejam beneficiados.

Outro ponto relevante é a necessidade de uma coordenação eficaz entre os países-membros do Mercosul e da União Europeia. É preciso que trabalhem em conjunto para estabelecer mecanismos de implementação e supervisão adequados, bem como para resolver eventuais disputas comerciais. Também é necessário equacionar a resistência de alguns grupos e setores ao acordo. Por isso, os governos envolvidos devem engajar-se em um diálogo aberto e transparente com a sociedade civil a fim de dissipar preocupações legítimas e construir um consenso.

Entendidos os desafios a serem superados, é importante avaliar o capítulo do acordo referente às regras e princípios que regem as compras e contratações públicas realizadas pelos governos, que representam parcela significativa das atividades econômicas de um país. Por isso, as cláusulas que as regem devem promover a transparência, a igualdade de oportunidades e a concorrência justa entre as nações signatárias e suas empresas.

Nesse aspecto, porém alguns setores temem que as empresas de países mais desenvolvidos possam ter vantagem competitiva em relação às demais nações numa competição desigual. Questiona-se, ainda, que, em alguns casos, setores produtivos do Mercosul teriam menor capacidade de atender às demandas governamentais em termos de qualidade e quantidade, o que poderia resultar em maior dependência das importações, prejudicando a indústria e o desenvolvimento local. Também há preocupação de que empresas europeias dominem as compras públicas, o que poderia aumentar a concentração do poder econômico e reduzir a concorrência no mercado interno dos países do Mercosul.

Considerando essas questões, é fundamental que o capítulo de compras governamentais no acordo seja equilibrado e leve em conta as especificidades e necessidades de cada país. É importante estabelecer mecanismos para o fomento econômico e industrial do Mercosul, garantindo, ao mesmo tempo, a igualdade de oportunidades para as empresas europeias. As regras precisam ter critério, clareza e prevenir qualquer favorecimento. Além disso, é essencial que os governos comprometam-se em promover o desenvolvimento e capacitação das empresas do Mercosul, tornando-as mais competitivas e preparadas para participar do mercado relativo ao poder público.

Diante das distintas dificuldades para a implementação do acordo, é decisiva a consciência sobre a imensa dimensão dos ganhos. Por isso, a prevalência do entendimento seria muito benéfica para os dois blocos e um exemplo para o mundo contemporâneo, tão carente de diálogo e boa vontade.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // *circecunha.df@dabr.com.br*

O amigo da onça

Não respeitar a regra do jogo, essa parece ser a regra motriz atualmente. Principalmente, quando esses preceitos ameaçam impedir a gastança sem lastro e o populismo irresponsável com o dinheiro dos pagadores de impostos. Diante da incapacidade legal de mudar agora o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, um técnico em finanças altamente gabaritado e, por isso, respeitado dentro e fora da instituição, os governistas, com assento no Congresso, buscam, freneticamente, derrubá-lo por qualquer meio ou deslize. Obviamente, sonham em colocar no lugar um "estraga prazeres", alguém que possa compactuar com os delírios econômicos que tivemos como aperitivo.

Mesmo antes das eleições, Lula estava leiloando a cabeça de Campos Neto, pois via neste economista um forte empecilho para a implementar um plano econômico que, diga-se de passagem, não foi apresentado à nação. Em termos de economia, entre a cabeça do presidente da República e a do presidente do Banco Central, parte daqueles que conhecem o passado de gastança preferem não apostar no caos. A permanência de Campos Neto é fundamental como condutor nesse caminho pedregoso.

Aqueles que acompanham os gráficos econômicos e oscilantes do país sabem, muito bem, que sem responsabilidade contábil o passado de caos voltará com carga máxima. Para os que têm memória, isso é tudo o que não pode voltar a acontecer. A base governista que está se lixando para coisas, como metas de inflação e outros elementos da economia, pede o afastamento do presidente do BC, por motivos que vão desde seu "comprovado e recorrente desempenho insuficiente para alcance dos objetivos da instituição" até sua "persistência em manter injustificadamente as taxas de juros, comprometendo a economia do país". O que essa base governista não diz é que essa é uma ordem expressa vinda do Palácio do Planalto para colocar na rua "esse cidadão que ninguém sabe quem botou lá" e que está "lesando o povo brasileiro".

A oposição que deveria trabalhar para impedir essa demissão não fala. Campos Neto, goste-se ou não de sua atuação, representa o último bastião de resistência aos desatinos e improvisos do governo Lula no âmbito da economia.

No campo político, a gente já sabe: estão cassando, via Tribunal Superior Eleitoral (TSE), um a um os parlamentares de direita e quem se propõe a fazer oposição ao atual governo. No campo econômico e na cabeça do atual mandatário, a questão principal não é a taxa Selic, mas a barreira apresentada pela atual política de juros do Banco Central, que impede o gasto além das receitas e o retorno do populismo na economia.

Lula deveria perguntar ao seu colega da Argentina, o que ele fez com a economia daquele país, para estar, pela quinta vez, de pires na mão, pedindo socorro ao Brasil. Algum assessor tem que se imbuir de coragem e dizer a Lula que Alberto Fernández, que lembra muito o personagem de Péricles, "o amigo da onça", que ele é hoje o que virá a ser Lula amanhã.

» A frase que foi pronunciada

"Não existe mais Estado democrático de direito. Na melhor das hipóteses ele está suspenso."
Modesto Carvalhosa

Estranho

» Interessante que o Plano Diretor da Cidade não permite que conjuntos de casas em áreas legalizadas fechem a entrada para proteger os moradores. Mas os invasores de áreas verdes podem cercar, fechar e fazer o que bem entenderem.

Notícia boa

» Muitos elogios à Unidade 22h, no Lunabel, em Goiás. O atendimento para a comunidade local é sempre rápido e os profissionais são atenciosos.

Imprudência

» É muito comum ver ciclistas andando na contramão pelas pistas de Brasília. Está na hora de uma campanha de conscientização.

Chega

» Todas as notícias de assassinatos e de violência trazem o nome dos agressores estampado, dando o holofote para quem ataca ou mata. Um código de conduta impede que a imprensa trate de suicídios. O mesmo código deveria prever a proibição da divulgação do nome de criminosos.

» História de Brasília

Para a construção das casas de alvenaria, informaram que não havia madeira, e existia, em estoque, cimento, tijolos, areia, etc. Mas se forem dar busca nos documentos encontrarão compra de material para essas casas em importância superior à se construíssem de madeira. (**Publicada em 21/3/1962***)*